



O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA NAS COMUNIDADES DA CIDADE DE TETE MOATIZE, MOÇAMBIQUE

Alfátílio Sevenhane Batela Húo 1, Hélio João da Silva Andicene 2, Daniel Alberto Cuinhane 3

Filiação 1 Universidade Católica de Moçambique

Filiação 2 Universidade Católica de Moçambique

Filiação 3 Universidade Católica de Moçambique

Introdução

A crise climática tem aprofundado desigualdades sociais e ecológicas, afetando de forma desproporcional as comunidades mais vulneráveis, sobretudo em contextos marcados por megaprojetos extrativos.

Objetivos

Analisar o papel da educação ambiental na promoção da justiça climática nas comunidades urbanas e periurbanas de Tete e Moatize, em Moçambique. Objetivos específicos: perceber os níveis de conhecimento e percepção das comunidades locais sobre mudanças climáticas; avaliar as iniciativas de educação ambiental implementadas por instituições públicas, escolas e organizações da sociedade civil e propor diretrizes e estratégias educativas inclusivas e contextualizadas que fortaleçam a capacidade de resposta comunitária diante das desigualdades climáticas e ambientais.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, baseada em revisão de literatura e análise documental. A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016) e (LOUREIRO, 2012).

Discussão dos Resultados

Constatou-se um nível reduzido de percepção crítica nas comunidades acerca das mudanças climáticas e seus impactos socioambientais, (Silva; Santos, 2020). As práticas educativas identificadas concentram-se em abordagens conservacionistas tradicionais, voltadas para gestão de resíduos e conservação da biodiversidade, sem incorporar a interseccionalidade necessária para abordar desigualdades sociais, gênero, pobreza energética e acesso aos recursos naturais — pilares essenciais para a justiça climática (Jacobi; Ribeiro, 2023). Destaca-se a necessidade urgente de desenvolver diretrizes

educativas integradas e participativas, que valorizem os saberes locais e promovam a autonomia comunitária (Torres; Jacobi, 2021). Adicionalmente, as comunidades enfrentam processos de expropriação territorial, reassentamentos inadequados e exposição contínua à poluição por partículas de carvão e contaminação hídrica, fatores negligenciados nas práticas educativas (Trindade; Chapare, 2015).



Imagem: Camião carregando carvão na mina

Fonte: <https://www.bing.com/images/search?>

Conclusão

A pesquisa evidenciou que a educação ambiental nas comunidades de Tete e Moatize permanece desconectada das injustiças climáticas locais, como a expropriação de terras, reassentamentos inadequados, poluição hídrica e atmosférica resultantes da atividade mineira. Essa fragilidade compromete seu potencial transformador e reforça desigualdades socioambientais.

Referências

Jacobi, P. R., & Ribeiro, W. C. (2023). Educação ambiental e justiça climática: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 18(2), 56–74.; Loureiro, C. F. B. (2012). Educação ambiental crítica: contribuições para a construção de um projeto emancipatório de educação. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 7(1), 11–27.

Organização



Apoio

